



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE MARÇO DE 1996

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
João Cerveira Corregedor da Fonseca  
José Ernesto Figueira dos Reis

### SUMÁRIO

*O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos.*

*Deu-se conta da entrada na Mesa de vários diplomas, designadamente dos projectos de revisão constitucional n.º 6/VII, apresentado pelos Deputados do PSD Guilherme Silva, Correia de Jesus e Hugo Velosa, 7/VII, apresentado pelos Deputados do PS António Trindade e Isabel Sena Lino, 8/VII, apresentado pelos Deputados do PS Cláudio Monteiro, Manuel Jorge Goes e Maria do Rosário Carneiro, 9/VII, apresentado pelos Deputados do PSD Arménio Santos, Acácio Roque, Francisco José Martins, João Mota*

*e Costa Pereira, 10/VII, apresentado por Os Verdes, e 11/VII, apresentado pelo Deputado do PCP João Corregedor da Fonseca.*

*No encerramento do debate, na generalidade, das propostas de lei n.º 9/VII — Grandes Opções do Plano para 1996 e 10/VII — Orçamento do Estado para 1996, que foram aprovadas, produziram intervenções, além do Sr. Ministro das Finanças (Sousa Franco), os Srs. Deputados Heloísa Apolónia (Os Verdes), Octávio Teixeira (PCP), António Lobo Xavier (CDS-PP), Manuela Ferreira Leite (PSD) e Jorge Lacão (PS).*

*O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 20 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 20 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

Acácio Manuel de Frias Barreiros.  
Adérito Joaquim Ferro Pires.  
Agostinho Marques Moleiro.  
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.  
Alberto de Sousa Martins.  
Albino Gonçalves da Costa.  
António Alves Marques Júnior.  
António Alves Martinho.  
António Bento da Silva Galamba.  
António de Almeida Santos.  
António Fernandes da Silva Braga.  
António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
António Jorge Mammerickx da Trindade.  
António José Gavino Paixão.  
António José Guimarães Fernandes Dias.  
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.  
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.  
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.  
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.  
Carlos Alberto Dias dos Santos.  
Carlos Justino Luís Cordeiro.  
Carlos Manuel Amândio.  
Carlos Manuel Luís.  
Cláudio Ramos Monteiro.  
Domingos Fernandes Cordeiro.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Elisa Maria Ramos Damião.  
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.  
Fernando Alberto Pereira de Sousa.  
Fernando Alberto Pereira Marques.  
Fernando Antão de Oliveira Ramos.  
Fernando Garcia dos Santos.  
Fernando Manuel de Jesus.  
Fernando Pereira Serrasqueiro.  
Francisco Fernando Osório Gomes.  
Francisco José Pereira de Assis Miranda.  
Francisco José Pinto Camilo.  
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.  
Henrique José de Sousa Neto.  
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.  
João Rui Gaspar de Almeida.  
João Soares Palmeiro Novo.  
Joaquim Moreira Raposo.  
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.  
Joel Maria da Silva Ferro.  
Jorge Lacão Costa.  
Jorge Manuel Damas Martins Rato.  
Jorge Manuel Fernandes Valente.  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.  
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.  
José Alberto Cardoso Marques.  
José António Ribeiro Mendes.  
José Carlos Correia Mota de Andrade.  
José Carlos da Cruz Lavrador.  
José Carlos das Dores Zorrinho.

José Carlos Lourenço Tavares Pereira.  
José da Conceição Saraiva.  
José de Matos Leitão.  
José Ernesto Figueira dos Reis.  
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.  
José Manuel de Medeiros Ferreira.  
José Manuel Marques da Silva Lemos.  
José Manuel Niza Antunes Mendes.  
José Manuel Rosa do Egípto.  
José Manuel Santos de Magalhães.  
José Pinto Simões.  
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.  
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.  
Laurentino José Monteiro Castro Dias.  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.  
Luís Filipe Nascimento Madeira.  
Luís Pedro de Carvalho Martins.  
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.  
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Manuel Francisco dos Santos Valente.  
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.  
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.  
Manuel Porfírio Varges.  
Maria Amélia Macedo Antunes.  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.  
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.  
Maria do Carmo de Jesus Amado Sequeira.  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.  
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.  
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.  
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.  
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.  
Mário Manuel Videira Lopes.  
Martim Afonso Pacheco Gracias.  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.  
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.  
Nelson Madeira Baltazar.  
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.  
Oswaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.  
Paulo Jorge dos Santos Neves.  
Pedro Luís da Rocha Baptista.  
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.  
Raimundo Pedro Narciso.  
Raul d' Assunção Pimenta Rego.  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
Rui Manuel dos Santos Namorado.  
Rui Manuel Palácio Carreteiro.  
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.  
Sérgio Humberto Rocha de Ávila.  
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.  
Victor Brito de Moura.

**Partido Social-Democrata (PSD):**

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.  
Álvaro dos Santos Amaro.  
Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio.  
Amandio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.  
Antonino da Silva Antunes.  
António Costa Rodrigues.  
António de Carvalho Martins.

António Fernando da Cruz Oliveira.  
 António Germano Fernandes de Sá e Abreu.  
 António Joaquim Correia Vairinhos.  
 António Jorge de Figueiredo Lopes.  
 António Moreira Barbosa de Melo.  
 António Paulo Martins Pereira Coelho.  
 António Roleira Marinho.  
 António Soares Gomes.  
 Arménio dos Santos.  
 Artur Ryder Torres Pereira.  
 Bernardino Manuel de Vasconcelos.  
 Carlos Alberto Pinto.  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação.  
 Carlos Manuel Duarte de Oliveira.  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves.  
 Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.  
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.  
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.  
 Fernando Santos Pereira.  
 Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.  
 Francisco Antunes da Silva.  
 Francisco José Fernandes Martins.  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.  
 Hugo José Teixeira Velosa.  
 João Álvaro Poças Santos.  
 João Bosco Soares Mota Amaral.  
 João Calvão da Silva.  
 João do Lago de Vasconcelos Mota.  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.  
 Joaquim Fernando Nogueira.  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral.  
 Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.  
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.  
 José Augusto Gama.  
 José Augusto Santos da Silva Marques.  
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.  
 José de Almeida Cesário.  
 José Guilherme Reis Leite.  
 José Luís Campos Vieira de Castro.  
 José Manuel Costa Pereira.  
 José Manuel Durão Barroso.  
 José Manuel Nunes Liberato.  
 José Mário de Lemos Damião.  
 José Mendes Bota.  
 Lucília Maria Samoreno Ferra.  
 Luís Carlos David Nobre.  
 Luís Filipe Menezes Lopes.  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.  
 Manuel Acácio Martins Roque.  
 Manuel Alves de Oliveira.  
 Manuel Castro de Almeida.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Maria do Céu Baptista Ramos.  
 Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.  
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.  
 Pedro Augusto Cunha Pinto.  
 Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.  
 Pedro Manuel Cruz Roseta.  
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.  
 Rolando Lima Lalanda Gonçalves.  
 Rui Fernando da Silva Rio.  
 Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.  
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.  
 Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.  
 Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.  
 Jorge Alexandre Silva Ferreira.  
 Manuel Fernando da Silva Monteiro.  
 Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.  
 Maria Helena Pereira Nogueira Santo.  
 Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.  
 Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.  
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.  
 Nuno Kruz Abecasis.  
 Paulo Sacadura Cabral Portas.  
 Rui Manuel Pereira Marques.  
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.  
 António João Rodeia Machado.  
 Bernardino José Torrão Soares.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 José Fernando Araújo Calçada.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Luís Manuel da Silva Viana de Sá.  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita.  
 Maria Odete dos Santos.  
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia.  
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: propostas de lei n.º 15/VII — Altera o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos públicos, que baixou à 1.ª Comissão, e 16/VII — Estabelece um processo de regularização da situação dos imigrantes clandestinos, que baixou às 1.ª, 2.ª e 8.ª Comissões; projectos de lei n.º 112/VII — Organização e quadros de pessoal das associações de municípios (PCP), que baixou à 4.ª Comissão, 113/VII — Novo regime da tutela administrativa (PCP), que baixou

à 4.ª Comissão, 114/VII — Reforça os poderes das assembleias municipais e garante maior operacionalidade às câmaras municipais (PCP), que baixou à 4.ª Comissão, 115/VII — Alteração do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro (CDS-PP), que baixou à 1.ª e 8.ª Comissões, 116/VII — Regularização extraordinária da situação dos cidadãos que residam em Portugal sem autorização legal (PCP), que baixou à 1.ª, 2.ª e 8.ª Comissões, e 117/VII — Criação da freguesia da Póvoa de Penafirme, no concelho de Torres Vedras (PCP), que baixou à 4.ª Comissão; projectos de revisão constitucional n.º 6/VII, apresentado pelos Deputados do PSD Guilherme Silva, Correia de Jesus e Hugo Velosa, 7/VII, apresentado pelos Deputados do PS António Trindade e Isabel Sena Lino, 8/VII, apresentado pelos Deputados do PS Cláudio Monteiro, Manuel Jorge Goes e Maria do Rosário Carneiro, 9/VII, apresentado pelos Deputados do PSD Arménio Santos, Acácio Roque, Francisco José Martins, João Mota e Costa Pereira, 10/VII, apresentado por Os Verdes, e 11/VII, apresentado pelo Deputado do PCP João Corregedor da Fonseca, que baixarão à comissão eventual que vier a ser constituída para a revisão constitucional; e projecto de resolução n.º 15/VII — Apoio aos sectores conserveiro e agro-alimentar face ao Acordo de Associação Comercial entre a União Europeia e o Reino de Marrocos (PSD).

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, antes de darmos início à sessão de encerramento do debate, na generalidade, das propostas de lei n.º 9/VII — Grandes Opções do Plano para 1996 e 10/VII — Orçamento do Estado para 1996, informo que temos a honra de estar presente na chamada Galeria dos Diplomatas uma delegação da Assembleia Legislativa de Macau, constituída pela sua Presidente e cinco Deputados. Saudemo-los.

*Aplausos gerais, de pé.*

Srs. Deputados, foi estabelecido em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares que a ordem das intervenções de encerramento seria do menor para o maior partido com representação parlamentar, terminando o Governo, conforme consta do Regimento.

Assim, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, do Partido Ecologista Os Verdes.

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado, na generalidade, terminou e nesta intervenção de encerramento gostaríamos de começar por dizer que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1996 apresentados acentuaram, na perspectiva de Os Verdes, factores e tendências já indiciados no Programa do Governo, em relação aos quais já tivemos oportunidade de manifestar grande preocupação, nomeadamente pelos efeitos e consequências que terão para a vida dos portugueses.

Nestes dois instrumentos de política são reafirmados: o cumprimento do programa de convergência que estabelece as metas para a concretização da moeda única; a aceitação das imposições estabelecidas no Tratado de Maastricht; e a aplicação rigorosa das determinações da PAC e do GATT.

É, pois, um Orçamento orientado pelas concepções economicistas e pelos interesses dos sectores financeiros

representados em Bruxelas — relativamente aos quais Os Verdes se têm posicionado contra —, que dá mostras de continuidade da política prosseguida pela PSD.

Desta política, que agora se pretende continuada, já conhecemos muitos efeitos: o incentivo ao abandono da produção agrícola e à florestação intensiva do território, com o consequente agravamento da dependência alimentar nacional; o abate da frota pesqueira e a redução das quotas de pesca portuguesas; o agravamento da sobrevivência de sectores tradicionais da nossa indústria, como os têxteis, do vestuário ao calçado, do vinho às conservas, do que tem resultado o crescimento do desemprego e a falência das empresas.

Com particular atenção para a política de ambiente, verificamos que, ao mesmo tempo que se afirma nas grandes Opções do Plano para 1996 que «um dos desafios essenciais que, na actualidade, se coloca a Portugal passa pela afirmação da componente ambiental como peça indispensável de uma estratégia de desenvolvimento e modernização», quando se trata de fazer opções, de decidir sobre investimentos e de justificar as prioridades para 1996, o Ministério do Ambiente do Governo do PS faz, escandalosamente, uma cópia literal do texto elaborado e aprovado para 1995 pelo Governo do PSD. É caso para, ironizando, desafiar a um passatempo do tipo «descubra as diferenças».

Este facto tem uma leitura preocupante: as estratégias e opções do Governo do PS são as mesmas e iguais às do Governo do PSD, que, enquanto oposição, o PS criticava e agora, como Governo, copia!

Não restam dúvidas de que a distribuição de investimentos tem a ver com a definição de prioridades políticas, e a prioridade, ou não, que se atribui à área do ambiente é tão idêntica à anterior que o investimento nacional proposto para 1996, em matéria de ambiente, é rigorosamente igual ao proposto para 1995: para um valor global, em PIDDAC, de 33,7 milhões de contos propostos para 1996, no Ministério do Ambiente, 16 milhões de contos correspondem ao financiamento nacional, mantendo-se precisamente o valor de 1995, e 17,7 milhões correspondem ao financiamento comunitário.

Isto, em sede de apreciação global da área do ambiente. Exemplificaremos de seguida a confirmação destes princípios em programas concretos deste Orçamento do Estado.

Quando se afirma nas Grandes Opções do Plano, na área do ambiente, como orientação clara de prioridade, «um novo impulso à política de conservação da natureza que passe não apenas pelo conhecimento e valorização das áreas protegidas», dá-se, logo de seguida, um corte significativo de 1,5 milhões de contos para 980 000 contos, no programa do PIDDAC sobre «acções estruturais no domínio da conservação da natureza», que envolve, entre outros, projectos para a conservação do litoral e a implementação e gestão da reserva ecológica nacional.

E não se ficam por aqui os exemplos de como o investimento no ambiente não é uma prioridade para o Governo do PS. Existem outros programas onde se assiste a uma redução de investimentos em 1996, em relação ao previsto em 1995.

No projecto de acesso dos consumidores à justiça assiste-se a uma redução em mais de 50% do valor previsto.

Os programas de investimento relativos à informação, formação e participação das populações nos domínios do ambiente e do consumidor são reduzidos em mais de

300 000 contos sobre o que estava previsto, apesar de se realçar, no Ministério do Ambiente, «os serviços e outras intervenções na área da defesa do consumidor».

No programa da melhoria do impacto ambiental da actividade produtiva, designadamente no projecto de apoio à despoluição industrial, propõe-se um investimento de menos 700 000 contos do que estava previsto, quando, na parte relativa ao Ministério do Ambiente no PID-DAC, se podem ver realçados «os incentivos para a melhoria do impacto ambiental da actividade produtiva, designadamente para a instalação de equipamentos de despoluição terminal de efluentes e de resíduos sólidos nas unidades industriais».

Também no programa para investimentos de apoio às iniciativas regionais (contratos-programa), nomeadamente no domínio dos resíduos sólidos urbanos, verifica-se uma redução de mais de 400 000 contos relativamente ao previsto em 1995.

Neste programa já está, aliás, expressamente incluído um novo projecto — «Plano de emergência para a minimização dos efeitos das lixeiras» — anunciado pelo Governo, com o valor provisório de 50 000 contos, tendo em conta a intervenção anunciada em 30 lixeiras.

Gostaríamos de deixar claro que neste Orçamento, até tendo em conta as propostas de investimento para os anos seguintes, não é perceptível qualquer possibilidade e vontade política de resolução do problema dos resíduos sólidos urbanos em Portugal até 1999, como publicamente tem anunciado a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Ambiente.

A omissão dos resíduos no capítulo sobre ambiente do Programa do Governo foi uma preocupação que manifestámos aquando da sua apresentação nesta Câmara, e o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano vêm demonstrar a legitimidade dessa nossa preocupação, quando — repetimos — a problemática dos resíduos é uma das chagas ambientais mais graves em Portugal, para o qual se exige uma determinação política forte e urgente, porque é de contaminação de solos e aquíferos que se fala, que pode ser imediata, mas que deixa rastros graves a médio e longo prazos. Consequentemente, o que está em causa é a saúde pública de muitos portugueses que sofrem directamente os efeitos de uma política de resíduos nociva, que tem sido prosseguida em Portugal e agora não apresenta boas perspectivas.

Na apresentação dos primeiros instrumentos de política não se cumpre a Lei de Bases do Ambiente, a qual determina que o relatório do estado do ambiente e ordenamento do território deve ser apresentado com as Grandes Opções do Plano. Mantém-se a tendência de esquecimento pelo que determina a Lei n.º 11/87, o que, na perspectiva de Os Verdes, é muito mau princípio, porque é da Lei de Bases do Ambiente que se fala.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado apresentados demonstram, no essencial, uma política de continuidade, que, para o País e os cidadãos, significou um agravamento da degradação da qualidade de vida, desigualdades sociais e crise ecológica. Este factor é preocupante porque não restam dúvidas de que os portugueses, nas últimas eleições legislativas, demonstraram um desejo inequívoco de mudança de política que garanta o bem-estar, a qualidade de vida e um desenvolvimento sustentável. O que encontramos, todavia, é uma mesma opção, dita de desenvolvimento.

Tendo em conta esta orientação, apresentada através destes instrumentos de política, que, em muitos aspectos

essenciais, é de continuidade e à qual os portugueses disseram «não», para Os Verdes, aceitá-la seria romper o compromisso que estabelecemos com os eleitores, razão pela qual votaremos contra este Orçamento do Estado e Grandes Opções do Plano, na generalidade.

*Aplausos de Os Verdes e do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo fez marcar este debate sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado para 1996 com três notórias falácias.

Fê-lo sem nenhuma inocência ou ignorância.

Fê-lo sabendo perfeitamente que são ilusões, mas usou-as para tentar obter para si uma posição que nem os eleitores quiseram nem a Constituição lhe permite.

A primeira falácia consistiu no facto de o Governo se arrogar o direito a ver aprovado este Orçamento, apesar de não ter aqui a maioria absoluta.

Ao contrário do que insinuou o Sr. Primeiro-Ministro, o Governo não tem qualquer «direito a este Orçamento».

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Primeiro-Ministro, lidera um partido a que os eleitores não quiseram dar maioria absoluta. Mas talvez sugestionado pelos tiques do seu antecessor ao longo das duas últimas legislaturas, V. Ex.<sup>a</sup> portou-se como se não fosse essa a realidade política do País.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

O Orador: — O Primeiro-Ministro António Guterres e o Governo que lidera têm de governar sem maioria absoluta e com as regras que daí decorrem. A primeira e fundamental dessas regras é a de que, para fazer aprovar qualquer proposta de lei na Assembleia da República, o Governo não pode ter apenas o apoio da sua bancada. Carece, pelo menos, da abstenção de outro grupo parlamentar. E o seu dever, Sr. Primeiro-Ministro, é procurar esse apoio: ou o procura à esquerda, ou o procura à direita. A escolha é sua, não nossa!

*Aplausos do PCP.*

A segunda ilusão consistiu em procurar confundir o acto parlamentar de investidura do Governo com a votação da proposta de lei do Orçamento.

No debate do Programa de Governo, ninguém apresentou uma moção de rejeição, alegou V. Ex.<sup>a</sup>. Não, ninguém apresentou uma moção de rejeição, nem o Governo se atreveu a apresentar uma moção de confiança!

O Governo saiu daqui sem ver rejeitado o seu Programa, mas também não o viu aprovado! Como sabe, não houve votação, Sr. Primeiro-Ministro!

Essa fase passou.

A investidura do Governo é uma coisa, as propostas que o Governo aqui apresenta outra bem diferente.

Face às propostas de lei, os partidos votam e têm o direito e o dever de fazê-lo em consciência e de acordo com a sua própria apreciação.

A investidura do Governo do PS não nos transformou, ao PCP, em apêndices do PS!

*Aplausos do PCP.*

Querendo confundir debate da investidura do Governo e votação da lei orçamental, V. Ex.<sup>a</sup> chegou ao ponto de afirmar que o Governo não apresentaria qualquer moção de confiança ao Parlamento, porque considerava a votação do Orçamento um voto de confiança ao Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, isso é pura deformação das nossas regras democrático-constitucionais. Se quer saber se o Parlamento lhe confere confiança para efeitos de subsistência, pergunte-o, apresente uma moção de confiança.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Orador: —** Se quer governar com uma lei orçamental e se esta fosse rejeitada, então, submeta-se à lei (artigo 15.º, n.º 5, da Lei de Enquadramento do Orçamento de Estado), e aquilo a que a lei o obriga é a apresentar outra proposta de lei do Orçamento.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Orador: —** Mas também lhe digo, Sr. Primeiro-Ministro, que se V. Ex.<sup>a</sup> persistir, daqui a pouco ou a mais médio prazo, em transformar esta votação da proposta de lei do Orçamento em «moção» de confiança, depois do que sabemos hoje, veja bem quem lhe está a dar essa confiança, veja bem por que caminhos se meteu e por que apoios estratégicos optou!

*Aplausos do PCP.*

A terceira falácia que V. Ex.<sup>a</sup> introduziu neste debate foi a de pôr um rótulo a quem manifestou oposição a este Orçamento.

V. Ex.<sup>a</sup> e a bancada do PS disseram do PCP que nós estávamos em oposição ao Orçamento, mesmo antes de o ler.

O Sr. Primeiro-Ministro não tem o direito de dizer isso! O senhor sabe melhor do que ninguém os esforços que fizemos para que a prática do seu Governo concretizasse uma efectiva mudança de política.

**O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!**

**O Orador: —** A questão, Sr. Primeiro-Ministro, não é a de não termos lido a proposta de lei do Orçamento. A questão é que a lemos, com rigor, com objectividade e sem preconceitos! É pelo que lemos na proposta e pelo que ela contém de substancial que assumimos a posição que assumimos.

A nossa discordância é de fundo e V. Ex.<sup>a</sup> sabe porquê. Não é uma discordância periférica, que, com meia dúzia de pinceladas e mais uma dúzia de milhões de contos, se transforme em cumplicidade, porque a cumplicidade seria com os objectivos essenciais e isso o Sr. Primeiro-Ministro não esperaria de nós. Têm-na de uma bancada oposta à nossa e radicalmente oposta à esquerda.

*Aplausos do PCP.*

Mais uma vez, Sr. Primeiro-Ministro, a opção foi sua e do Governo do Partido Socialista.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo Srs. Deputados: Este Orçamento deveria ser, em consonância com a vontade dos eleitores expressa em 1 de Outubro, um primeiro e grande sinal de mudança, de ruptura com as políticas essenciais do PSD.

Mas, infelizmente, não é essa mudança, essa ruptura maioritariamente desejada e politicamente necessária, que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado para 1996 nos apresentam.

Bem pelo contrário, o essencial das orientações de política são idênticas às do Governo anterior, fundamentalmente porque a grande prioridade continua a ser dada ao cumprimento dos critérios da convergência nominal da União Monetária, visando integrar a moeda única, em 1999. Daí as políticas de «contenção salarial», de «liberalização» das relações laborais e de «flexibilização» das condições de prestação de trabalho; de «estabilização» nominal das taxas de câmbio; de «contenção» do consumo privado e de dependência do crescimento económico relativamente à procura externa.

É inequívoco, e já por demais comprovado, que a prioridade absoluta atribuída aos critérios de Maastricht tem tido e vai continuar a ter efeitos restritivos na actividade económica, impedindo a recuperação necessária da economia portuguesa, provocando o desaparecimento de empresas e não permitindo o aparecimento de outras e, fundamentalmente, vai implicar, inevitavelmente, o agravamento do flagelo do desemprego, quiçá o problema mais dramático com que Portugal está confrontado.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Orador: —** É igualmente na continuidade das políticas neoliberais do PSD que estas Grandes Opções do Plano e este Orçamento do Estado assentam, na continuação e aceleração do processo de privatizações, nefasto para a economia e para o emprego, ditado pelo objectivo ideológico de reconstituição de grandes grupos capitalistas e pela preocupação de rápida obtenção de receitas para, mais uma vez, cumprir Maastricht.

Mas também o próprio e estrito conteúdo do Orçamento defrauda as expectativas geradas nas últimas eleições, como durante o debate foi amplamente comprovado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Este Orçamento nem sequer concretiza qualquer dos compromissos eleitorais do PS ou do Programa de Governo, relativos à redução da injustiça fiscal! Do mesmo modo que não são ditados por qualquer «consciência social» a redução dos subsídios para bonificação de juros na aquisição de habitação, a estagnação nominal das dotações para a Acção Social no ensino superior, a paralisação da construção de infra-estruturas desportivas escolares ou a inexistência de dotações para a implementação de uma rede nacional de ensino pré-escolar! E isto para me referir, essencialmente, à alegada «paixão» eleitoral do Sr. Primeiro-Ministro e do Partido Socialista.

Este não é manifestamente um Orçamento de esquerda.

*Aplausos do PCP.*

Não é de esquerda, por exemplo, prosseguir uma política que conduziu aos 500 000 desempregados e adoptar orientações e propôr um Orçamento que vão provocar ainda maior agravamento do desemprego. Como o não

é adiar a entrada em vigor do rendimento mínimo garantido para o segundo semestre de 1997.

Como não são de esquerda uma teoria e uma prática que elegem a competitividade como o fim último das políticas económicas e sociais e que preservam todas as injustiças fiscais que, conjuntamente connosco, o PS tantas vezes denunciou e criticou ... quando estava na oposição.

De esquerda, Sr. Primeiro-Ministro, seriam um Orçamento e uma política económica e social que colocassem como «critérios» prioritários o combate ao desemprego, o desenvolvimento acelerado da economia portuguesa e a preservação da propriedade pública de centros neurálgicos para a sua evolução, a elevação do poder de compra e do nível salarial dos portugueses, a garantia dos direitos laborais e das conquistas sociais dos trabalhadores e a redução da injustiça fiscal e das desigualdades sociais.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Orador: —** Se o Orçamento se orientasse por esta política e a integrasse, Sr. Primeiro-Ministro, e V. Ex.<sup>a</sup> sabe-o muito bem, o Governo poderia contar, sem facturas, com a viabilização do Orçamento pelo PCP.

*Aplausos do PCP.*

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo Srs. Deputados: Ao apresentar os instrumentos básicos para a sua acção governativa com estas opções, orientações e prioridades, que estruturalmente assentam em políticas de direita e numa filosofia política neoliberal, o Governo fez, consciente e voluntariamente, a sua opção de aliança político-parlamentar.

Porque a negociação política de algumas alterações ao texto e aos mapas orçamentais, como contrapartida da viabilização do todo, só pode ser feita com quem esteja sintonizado com o essencial das políticas e das orientações que integram o Orçamento do Estado.

*Aplausos do PCP.*

O CDS-PP mostrou que está de facto de acordo com o fundamental, incluindo, necessariamente, com a primeira e grande prioridade expressamente atribuída ao cumprimento dos critérios de Maastricht.

O que lamentamos é que um Governo do Partido Socialista possa ter uma política global, económica e social, que seja simultaneamente comungada e apoiada pela extrema direita parlamentar, pelo CDS-PP.

*Aplausos do PCP.*

V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Primeiro-Ministro, sabia que, para a viabilização destas opções, não poderia contar com o PCP.

Porque sabe que somos coerentes e convictos na defesa das nossas opções.

Porque nunca poderíamos viabilizar um Orçamento cuja prioridade primeira é a busca da integração de Portugal na moeda única, em 1999.

Porque nunca viabilizaríamos um Orçamento umbilicalmente ligado ao programa de privatizações, aprovado pelo Governo, e à sua lei de flexibilização dos horários de trabalho e de polivalência dos trabalhadores.

Porque o PCP nunca viabilizaria um Orçamento que se resigna à estagnação económica, ao agravamento do

desemprego e à perpetuação das desigualdades e injustiças sociais.

Somos, e continuaremos a ser, a oposição de esquerda, rigorosa, responsável, fiel aos compromissos que assumimos perante os eleitores e ao que consideramos serem os interesses de Portugal e dos portugueses.

Por isso, e naturalmente, o Grupo Parlamentar do PCP votará contra o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1996.

*Aplausos do PCP, de pé.*

**O Sr. Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado António Lobo Xavier.

**O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): —** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Chegou a hora de encerrar o debate na generalidade dos documentos que formalizam a política económica deste Governo para 1996.

Já o dissemos e não há motivos para mudar de opinião: esta proposta de Orçamento representa, em grande medida, a continuação da política do PSD, e nele encontramos os principais defeitos que denunciámos ao longo dos últimos anos:

Persiste-se obstinadamente em assumir pressupostos voluntaristas sobre o crescimento da economia portuguesa. Já se não fala em «oásis», é certo, mas permanece uma sugestão de miragem; perseguem-se objectivos macroeconómicos, exteriormente impostos, a um ritmo atabalhado que na Europa já deixou de ser levado a sério há muito; recusa-se a revelação ao País das dificuldades que fatalmente vai ter de se defrontar; e abdica-se inaceitavelmente de fornecer estímulos adequados ao crescimento e ao emprego.

Este Orçamento, de facto, não diverge apenas da concepção do PP sobre a política económica de que o País precisa: ele, sobretudo, simboliza a frustração da resposta enérgica que os cidadãos e os agentes económicos angustiadamente esperavam, por isso, nunca poderíamos votá-lo favoravelmente.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Partido Socialista louvou-se na resposta da sociedade civil à sua preocupação com o diálogo, mas, sinceramente, não conseguimos divisar um verdadeiro apoio. Nos contactos com autarquias, com associações empresariais ou com sindicatos, sempre que faltaram as críticas sobrou a confissão de que mais vale este Orçamento do que nada. Em vez da adesão à sua política, o que o PS encontrou no País foi especialmente a angústia da crise política. E, valha a verdade, foi mais com ela que jogou do que com a demonstração das virtualidades das suas medidas.

**O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): —** Muito bem!

**O Orador: —** Podemos, por isso, dizer que, depois do estado de graça e das eleições presidenciais — período em que o País foi colocado entre parêntesis pelos objectivos eleitorais socialistas —, a VII Legislatura não começa da melhor forma: do ponto de vista político, começa à defesa, com o espectro da crise; do ponto de vista económico, inicia-se com a desilusão mal disfarçada e a convicção de que teremos Orçamento apenas para uma parte de 1996.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — O Partido Popular entende que o País precisa de estabilidade e de Governo, para o bem geral e para que se respeitem os eleitores que votaram em 1 de Outubro de 1995.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Mas não é só isso. Chegou também o tempo de acabar com os alibis socialistas: chega de discutir a herança; é altura de mostrar o que valem na construção do futuro.

Sr. Primeiro Ministro, este é o seu Orçamento. Estão aqui as condições que pediu; pode agora encerrar a fase da sua agitação na promoção de medidas populares cirurgicamente distribuídas pelos focos de descontentamento. O Partido Popular diz-lhe simplesmente: sente-se e governe!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Foi este ambiente que o Partido Comunista e o PSD não compreenderam: o primeiro, porque não quis; o segundo, porque não soube.

*Aplausos do CDS-PP.*

O PCP não deixou de sugerir uma preferência pelo combate de rua e pela agitação social.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — É o costume!

O Orador: — O PSD, surpreendentemente, converteu-se de que o que se exige ao maior partido da oposição, poucos meses depois de uma sucessão de derrotas eleitorais, é a rejeição acrítica de tudo quanto venha do Governo instituído. Quando é oposição o PSD julga que se tem de pôr de fora; tal como quando foi Governo pôs a oposição de fora.

*Aplausos do CDS-PP.*

Durante este debate, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PSD gritou contra, mas não forneceu alternativas; mostrou-se sempre mais disposto a justificar o passado do que a discutir o futuro.

*Vozes do CDS-PP: — Muito bem!*

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Olhe que não!

O Orador: — O PSD está contra, foi o que ouvimos. Mas se tivesse a coragem e a responsabilidade de estar verdadeiramente contra... A verdade é que, quando se esperava coragem, descobriram-se expedientes; quando se esperava responsabilidade, assistiu-se ao maior exercício de leviandade de que há memória nesta Casa.

À angústia da crise política, responde apenas contra. E, no entanto, mergulhado numa crise interna, não trouxe aqui ninguém que publicamente se assumia como alternativa e que assegurasse ao País a disponibilidade para governar.

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto!

O Orador: — Ninguém! Nem os de dentro nem os de fora foram capazes de dar qualquer sinal de estabilidade ao País.

*Aplausos do CDS-PP.*

A verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que, com este PSD, se o Parlamento rejeitasse a proposta do Governo, trocávamos um Orçamento pelo caos, e o Presidente da República teria de esperar um longo mês para saber a quem se dirigir. O PSD nunca percebeu que, ao expor-se deste modo, estava, afinal, a oferecer todos os trunfos ao Partido Socialista.

*Vozes do CDS-PP: — Muito bem!*

O Orador: — Num longo discurso, o Deputado Fernando Nogueira — não se sabe aconselhado por quem — explicou que teria de votar contra por causa da coerência. Mas é de incoerência ostensiva que se fala, quando se sabe que, desde há muito, os peritos em golpes tinham preparado ausências e abstenções, milimetricamente calculadas para que o Orçamento passasse.

*Aplausos do CDS-PP.*

Fiel ao seu estilo, o PSD queria opor-se, sem enfrentar as consequências; queria estar contra e a favor, não por convicção mas por causa de um frio cálculo de vantagens eleitorais nos Açores e na Madeira.

*Aplausos do CDS-PP.*

E se o debate durasse mais tempo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e se não olhasse para trás na sua banca-da, talvez o Presidente do PSD ficasse sozinho a votar contra!

*Risos do CDS-PP.*

É esta a realidade, ainda que se chame um filósofo à pressa para contrariar os números.

*Risos do CDS-PP e do PS.*

A posição do Partido Popular foi visivelmente outra. Adversários da política orçamental, angustiados com os seus previsíveis efeitos negativos sobre o crescimento e o emprego, queríamos, apesar de tudo, que o PS governasse, desde que pudéssemos minorar os estragos.

Minorar os estragos significava, para nós, introduzir sinais para o comportamento das famílias e das empresas; minorar estragos significava, para nós, aliviar com justiça a vida das famílias, suavizar e estimular o comportamento das empresas, e valia a pena ensaiar uma mini-reforma fiscal dirigida à economia real, ao consumo, ao investimento e ao emprego — e valha a verdade, já esteve mais longe o tempo em que o País terá um Orçamento virado para a economia real; minorar os estragos significava, para nós, não correr o risco de entregar ao Partido Comunista a direcção da política económica.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Estão a abrir o véu!



**O Orador:** — Por isso, nos preocupámos com questões concretas, bem compreendidas pelas famílias e pelas empresas; por isso, nos preocupámos com os efeitos positivos sobre o consumo, a poupança e o investimento de estímulos, que se sabe serem extremamente sensíveis e que só uma contabilidade mesquinha e ciumenta pode reduzir a uma seca expressão numérica; por isso, nos preocupámos com sectores castigados pela integração europeia como a agricultura e as pescas.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — E Maastricht?!...

**O Orador:** — Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: Este Orçamento tem coisas más e coisas boas: as más foram escolhidas por si, as boas foram pedidas por nós.

*Aplausos do CDS-PP.*

A partir de hoje, seja como for, não tem desculpas se falhar. Esperamos mesmo que diga isto claramente desta Tribuna, e nós estaremos cá para lho lembrar: pode ser que não com mais ruído do que o PSD o fará nessa altura,...

**O Sr. Fernando Nogueira (PSD):** — Deixe lá o PSD!

**O Orador:** — ... mas, com certeza, com mais autoridade.

*Aplausos do CDS-PP, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite.

**A Sr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Dentro de instantes iremos proceder à votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1996. Este momento é o apropriado para uma última reflexão sobre as consequências deste Orçamento.

O PSD irá votar contra.

*Aplausos do PSD.*

Vai dizer «não» a este Orçamento; e não é só porque «não», apesar do Governo dizer que este Orçamento é bom, apenas porque «sim».

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — O PSD vai votar contra um Orçamento que poderá ficar na história por ter sido o que afastou o nosso país da possibilidade de nos integrarmos na primeira fase da União Económica e Monetária.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O PSD vai votar contra um Orçamento que, ao não dar prioridade ao investimento, não é um instrumento de combate ao desemprego.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — O nosso voto contra significa, portanto, dizer aos portugueses que o PSD não se responsabiliza com estas opções.

São estas, Srs. Deputados, as razões substanciais e decisivas do nosso voto.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Só?!...

**A Oradora:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para o PSD, a única via possível para o desenvolvimento do País passa pelo projecto europeu, para o qual vínhamos caminhando com firmeza ao longo dos últimos anos e em nome do qual alguns sacrifícios foram pedidos aos portugueses.

Sabemos que a inflação não se controla se estivermos fora desse sistema; que a evolução da taxa de juro e do investimento dependem da possibilidade desse controlo e que o combate ao desemprego só se faz de uma forma eficaz desde que se baseie no desenvolvimento económico sustentado do País.

A concretização desse projecto implica custos e benefícios e não se compadece, como se virá a provar no futuro, com políticas de «navegação à vista».

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — A visão de curto prazo, por muito atraente que possa parecer, sacrifica de forma irremediável um futuro de mais progresso e de mais bem-estar.

Temos bem presente que nem todos os partidos com representação nesta Assembleia defendem esse projecto, não porque rejeitem os seus benefícios, mas porque não toleram suportar os seus custos.

*Aplausos do PSD.*

Fazer política de forma responsável implica que não se acenem apenas com os custos, como se estes pudessem ser eliminados sem perder simultaneamente os benefícios.

Há nesta Assembleia quem combata esta opção, como é o caso do PCP, mas ao fazê-lo é coerente nesse combate, porque o progresso do país nunca foi o melhor meio para ele se afirmar.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PCP.*

**O Sr. Ministro da Presidência (António Vitorino):** — Aos 75 anos, é uma boa homenagem! É um presente de aniversário!

**A Oradora:** — Este projecto é envergonhadamente combatido pelo Partido Popular. E digo envergonhadamente, porque essa luta só será desassombrada quando o Partido Popular disser claramente ao País qual a alternativa que apresenta ao projecto europeu no dia em que tivesse de o abandonar.

*Aplausos do PSD.*

Antes disso, tudo o que disser não é para levar a sério, porque é inconsequente e, como tal, irresponsável.

*Aplausos do PSD.*

Esta ambiguidade do Partido Popular é, no entanto, ideal, porque cria o terreno fértil para que ele seja o parceiro privilegiado para acordos pontuais, que se esgotam na satisfação de interesses de grupos, o que é, de resto, próprio de partidos que não têm um projecto nacional.

*Aplausos do PSD.*

Já o Partido Socialista diz defender o projecto europeu. Mas, na sua incapacidade de fazer reformas, que sempre incomodam alguns, na sua ânsia de popularidade fácil e de curto prazo, na sua congénita imaturidade que nem sempre leva a actuar com sentido de Estado, vai cedendo às pressões momentâneas e agindo em desconformidade com o que diz.

Num ápice, põe em causa esse projecto!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Orçamento do Estado para 1996 foi elaborado com o objectivo de se apresentar com um défice de acordo com o programa de convergência, que, como se sabe, não deve ultrapassar 4,3% do PIB. A redução do défice para este valor tinha de ser conseguida sem aumento de impostos e com um significativo aumento de despesa, consequência inevitável de diversas promessas anunciadas no Programa do Governo.

Tem-se tentado fazer passar a ideia de que se cumpriram todos estes objectivos contraditórios e de que foi possível elaborar o Orçamento impossível.

No entanto, a estimativa da receita é unanimemente considerada pelos economistas como sobreavaliada,...

**Vozes do PS: — Não, não é!**

**A Oradora: — ... o que é um sinal negativo de um Orçamento que se intitula de rigor,...**

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**A Oradora: — ... ainda por cima quando parte de um crescimento do PIB considerado optimista.**

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**A Oradora: — O aumento de impostos estará sempre presente no momento em que se concretizar o aumento da despesa, como não pode deixar de ser.**

Nada é gratuito, resta saber quando se paga.

E o Governo, em muitos casos, adiou a despesa, para adiar os impostos. Muitas das medidas anunciadas só têm efeitos no final de 1996 ou em 1997 e foi possível falar em benesses, como se fossem para hoje, passando a ideia que tal seria viável sem que os impostos aumentassem.

Quanto à despesa, regista-se que o aumento da despesa corrente é superior à de investimento e que o esforço nacional nesta área aumenta muito pouco, o que compromete o crescimento do País e é contra o objectivo de combate ao desemprego.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**A Oradora: — Verifica-se também que o montante da despesa, quando era já excessivo, desapareceu do Orçamento e foi inscrito como dívida, o que, mais uma vez, significa adiar impostos.**

E o que dizer do défice? A única afirmação correcta é que não se sabe o que se devia saber.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**A Oradora: — Com efeito, o défice apresentado está calculado na óptica das contas públicas e o défice de que fala o programa de convergência é o calculado na óptica das contas nacionais.**

**Vozes do PS: — É a mesma coisa!**

**A Oradora: — Na ausência intencional dos dados de base para a elaboração das contas nacionais só posso concluir que o défice apresentado neste Orçamento é, já à partida, superior ao desejável.**

*Aplausos do PSD.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este Orçamento é a cedência ao imediato e, mesmo assim, é uma cedência encapotada, pois é mais o que esconde do que o que não consegue disfarçar.

A alegada contenção nas despesas não comporta os encargos já assumidos e muito menos os anunciados. A generosa previsão das receitas confia em cenários mal sustentados e não deixa a margem que uma política de prudência impõe. O programa de investimento não dá resposta à prioridade de combate ao desemprego. Não se lê neste documento qual o projecto de futuro, não se encontra nele a expressão da política social que iria mudar a face do País e que foi bandeira eleitoral do Partido Socialista.

Perante tal cenário, nunca, neste debate, o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo puderam responder à primeira pergunta colocada: qual a solução para um Orçamento que corre sérios riscos de não alcançar o défice programado? Será um corte ainda maior no investimento ou agravar-se-á ainda mais o défice?

Compreende-se que não tenha havido resposta. Qualquer delas conduziria à conclusão de que é inevitável o agravamento do desemprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A própria forma como a proposta de Orçamento foi chegando ao conhecimento dos Deputados é só por si reveladora das tentativas que o Governo fez para encobrir as suas fragilidades.

*Protestos do PS.*

Os Deputados estão aqui para defender os interesses de quem os elegeu,...

**Vozes do PS: — Exactamente!**

**A Oradora: — ... e, nesse sentido, o documento deveria ter-nos mostrado com clareza o que quer e para onde vai, para, assim, podermos dizer o que queremos e especialmente para onde não queremos ir.**

Fossemos nós distraídos, não estivéssemos nós dispostos a ler mais do que uma vez documentos com centenas de páginas, distribuídos num espaço de oito dias, mas que eram tão diferentes que inutilizaram o trabalho anterior; estivéssemos nós dispostos a aceitar as permanentes correcções de números que sucessivamente nos chegaram, alguns dos quais já depois de elaborado o

relatório, ainda agora estaríamos sem saber o que dizer do Orçamento, porque a última versão ainda estava para chegar.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Só as medidas já anunciadas e que não estão reflectidas neste Orçamento implicam sérios aumentos de despesa de natureza estrutural, isto é, que se mantêm no futuro, porque são despesas correntes e não de investimento e que, portanto, não vão deixar de ter implicações nos próximos anos.

O Sr. João Carlos da Silva (PS): — Está a tentar convencer o próprio PSD!

A Oradora: — Para as suportar será necessário aumentar os impostos, os quais seriam inaceitáveis se, além disso, ainda tivessem de ser agravados para ajudar à redução de défice.

Quando a necessidade de acréscimo de receita é muito significativa, não é resolúvel apenas pelo combate à evasão fiscal, nem pelo agravamento dos impostos das classes de maiores rendimentos. Esse combate é absolutamente necessário por motivos de justiça social, mas, daí, não resulta um grande acréscimo de receita, como o que se prevê necessário.

A matéria colectável dos impostos sobre o rendimento está concentrada na classe média,...

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

A Oradora: — ... pelo que, quando é necessário aumentar significativamente a receita, ela só é susceptível de ser obtida se os impostos incidirem sobre esta classe de contribuintes.

É por isso que afirmamos que é, política e socialmente, impensável o aumento de impostos que toda esta despesa implica.

Deste modo, não será possível, mantendo este rumo; cumprir os critérios de convergência no que se refere ao défice e à evolução da dívida pública, e estaremos, portanto, arredados da primeira fase da União Económica e Monetária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As objecções a este Orçamento são, como explicámos, estruturais. E porque não representamos grupos,...

**Vozes do PSD:— Muito bem!**

A Oradora: — ... mas sim 34% dos portugueses, que querem a continuação da modernização e do desenvolvimento do país e das reformas que para isso sejam necessárias, que querem manter o investimento em infra-estruturas necessárias à competitividade das empresas, consideramos que este Orçamento não tem conserto possível.

*Aplausos do PSD.*

E porque não representamos grupos, verberamos que este Parlamento se reduza a um mero receptor da encomenda feita semanas antes numa *suite* de um hotel de Lisboa.

*Aplausos do PSD.*

Como compreender que ao Partido Popular lhe bastasse uma listagem de benefícios fiscais a conceder de imediato ou a garantir para o futuro para aceitar que o Orçamento e a política do PS já são bons para o País e merecem ser viabilizados.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): — Ninguém aceitou isso!

A Oradora: — Terão o Partido Socialista e o Partido Popular avaliado o efeito perverso para a actividade económica do anúncio de benefícios fiscais a prazo?

**Vozes do CDS-PP: — Claramente!**

A Oradora: — É dos livros que os agentes económicos adiarão as suas decisões até que delas possam beneficiar.

*Aplausos do PSD.*

O Partido Popular está, assim, irremediavelmente associado às consequências negativas para o emprego que advirão deste Orçamento.

*Aplausos do PSD.*

O Governo do Partido Socialista não terá outra solução se não pedir ao País sacrifícios que eram verdadeiramente dispensáveis. Só vale a pena dar hoje se não for para tirar amanhã, mas o PS continua igual a si próprio e só sabe governar assim.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

A Oradora: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PSD, ao votar contra o Orçamento, é coerente com o projecto que sempre defendeu para o País e continuará a propor aos portugueses.

Não nos admiramos que o Partido Popular não se incomode com o facto de este Orçamento nos poder afastar da União Económica e Monetária,...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Não nos incomoda nada!

A Oradora: — ... mas já nos espanta que não se incomode com as consequências que ele terá no emprego. E mais nos espanta que o Partido Popular, que tanto quer falar para a juventude, não se coíba de lhes hipotecar o futuro.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CDS-PP.*

O Sr. Ministro da Presidência: — Sobre isso, hipotecar o futuro da juventude, sabe do que fala!...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço que criem condições para que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se faça ouvir.

A Oradora: — Ao Partido Socialista aquilo que devia restar como alternativa era corrigir o Orçamento no sentido de um maior investimento e ao Sr. Primeiro-Ministro ter a coragem de dizer aos portugueses que as

promessas que anunciou, e que está no direito e no dever de cumprir, só são possíveis com o agravamento das condições de vida dos portugueses e o comprometimento do desenvolvimento futuro do País.

*Aplausos do PSD.*

Ao não o fazer, está a assumir a posição de um partido que continua vocacionado para a oposição, ignorando que governar implica reconhecer as limitações do presente com vista à construção do futuro.

O nosso voto contra significa que não desistimos desse futuro e que nos manteremos intransigentes na sua defesa.

*Aplausos do PSD, de pé.*

O Sr. Presidente: — Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, já se tornou um hábito que só prestigia e responsabiliza a instituição parlamentar termos connosco jovens das nossas escolas. Hoje, são 65 da Escola Secundária de Vieira de Leiria, 60 da Escola Secundária da Mealhada, 47 da Escola Secundária de Moimenta da Beira, 69 da Escola Secundária de Ponte da Barca e 100 da Escola Secundária de José Estevão de Aveiro, que quiseram distinguir-nos com a sua curiosidade e presença.

Saudemo-los como é nosso hábito.

*Aplausos gerais, de pé.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

**Vozes do PSD: — Outra vez?!...**

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começou cedo o nervosismo na bancada do PSD.

É natural que assim seja porque, à minguagem de argumentos, naturalmente que este nervosismo tem explicação.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

O Orador: — Aquilo que viemos fazer a esta Câmara, com a apreciação na generalidade do Orçamento, foi, por um lado, confrontar a autenticidade da proposta de orientação do Plano e do próprio Orçamento e, por sua vez, confrontar essa autenticidade com a credibilidade dos argumentos. Como é possível falar de credibilidade quando acabamos de ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite invocar supostas reuniões em *suites* de hotéis em Lisboa e esquecer posições tão relevantes como a do Conselho Económico e Social, manifestando inteira concordância com os objectivos do Plano e do Orçamento?

*Aplausos do PS.*

Mas, por que é de credibilidade que se trata, comecemos pelos fundamentos do Orçamento.

O Orçamento apresentou-se em nome de uma opção de rigor e de contenção da despesa pública, assumiu um défice orçamental de 4,2% e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite veio dizer que há discrepâncias entre os 4,24% da contabilidade pública e os 4,17% da contabilidade nacional. Foi com isto que quis pôr em causa a

credibilidade do défice apontado no Orçamento do Estado quando seriam esperáveis melhores e mais substantivos argumentos.

Quando acusaram o Orçamento de ser despesista, vieram dizer que a despesa estaria acima da inscrita no Orçamento para 1995. Não é verdade! A despesa no Orçamento do Estado para 1996 baixa a sua incidência no PIB de 29,7 para 29,1%.

O Sr. António Braga (PS): — Exactamente!

O Orador: — Mas depois disseram que era assim, porque com a dívida pública haveria uma prática de desorçamentação e esqueceram-se de referir que, afinal de contas, o que estava em causa era incluir, de forma controlada, na dívida pública os próprios encargos financeiros contraídos pelos governos anteriores do PSD e que este partido, em tempo oportuno, não orçamentou.

*Aplausos do PS.*

A dívida pública, Srs. Deputados do PSD, não dá um sinal de agravamento com este Orçamento. Pelo contrário, dá um sinal de travagem e mesmo de recuperação na sua relação com o produto interno. Mas depois vieram sugerir que a despesa corrente seria, em aumento, superior à verificada no Orçamento para 1995. Mais uma vez não foi verdade e aqui se demonstrou que, apesar da despesa corrente para 1996 subir nove pontos contra os 9,5% de 1995, os encargos sociais do Estado saíram beneficiados em 9,7% relativamente ao Orçamento do ano anterior.

*Aplausos do PS.*

É por isso que, em nome da autenticidade do Orçamento, foi possível garantir o financiamento necessário das regiões autónomas e vale a pena, por exemplo, recordar que em 1985, quando o PS deixou o Governo, a participação da Região Autónoma dos Açores na despesa do Estado era de 0,43% e que, em 1995, quando o PSD deixou o governo, essa participação era apenas de 0,23%.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

O Orador: — Apesar disso, aumenta seis milhões de contos a transferência para o orçamento da Região Autónoma dos Açores.

*Aplausos do PS.*

Apesar disso, é do conhecimento público a satisfação na Região Autónoma da Madeira relativamente à solução de financiamento para essa mesma região.

É por isso que, igualmente, foi possível garantir que as transferências para as autarquias cumprissem integralmente a Lei das Finanças Locais e aumentassem 10% no actual Orçamento.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

O Orador: — E não venham dizer-nos que não se cumpre a promessa da duplicação de verbas porque, em boa fé, os Srs. Deputados do PSD têm obrigação de saber que a duplicação está ligada a uma reforma de transferência de competências para as autarquias locais e não

seria em três meses que a mesma podia começar a ser praticada.

*Aplausos do PS.*

É por isso que foi possível garantir o aumento dos salários para a função pública e estabelecer um aumento, em mais do dobro, das transferências para o orçamento da segurança social.

Srs. Deputados, o Orçamento é de rigor e as vossas críticas caem por terra!

Depois, procuraram outra linha de argumentação: afinal de contas, o Orçamento seria irrealista, porque assentava numa previsão de crescimento das receitas acima do previsível.

Srs. Deputados do PSD, por um lado, acusam este Orçamento de ser irrealista em matéria de crescimento das receitas, por outro lado, face ao enquadramento macroeconómico, dizem que o Orçamento não é suficientemente ambicioso. Em que ficamos, afinal? A verdade é que não têm nenhuma legitimidade para criticar a previsão de um crescimento económico de 2,75% compatível com o aumento previsível na Comunidade Europeia quando, nos últimos anos, com os orçamentos dos vossos governos, o crescimento nacional esteve sempre abaixo da média do crescimento comunitário.

**Vozes do PS: — É verdade!**

**O Orador: —** Não venham, pois, falar-nos de irrealismo. Os vossos argumentos são insubsistentes e mesmo no que diz respeito ao aumento global das receitas fiscais, a respectiva previsão, de 7,5%, é inferior à de aumento em 1995, que era de 7,9%. Se houve algum irrealismo não terá sido nosso, terá sido da vossa parte.

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): —** Muito bem!

**O Orador: —** Passo à segunda linha de avaliação crítica do Orçamento.

O Orçamento apresentou-se em nome de uma consciência social. E, nesta matéria, ao procurarem escamotear que as despesas efectivas com as funções sociais do Estado sobem quase aos 10%, vieram alegar que assim não era porque, na educação, não haveria investimento material suficiente.

Ora, Srs. Deputados do PSD, um Orçamento que cresce, na educação, 12 pontos, que qualifica as pessoas, que tem em conta os agentes educativos, responde à paixão do PS e do Governo do PS. E mais: demonstra claramente como o vosso sentido no investimento e nas pessoas é algo que não compreendem, não compreenderam no passado e revelaram não estarem em condições de compreender no futuro.

**Vozes do PS: —** Muito bem!

**O Orador: —** Mas, Srs. Deputados, também na cultura e também na ciência os aumentos são de 11% e 33%, respectivamente.

Quem está esquecido de que, nesta Casa, o Sr. Deputado Carlos Encarnação, antes de conhecer o Orçamento, já dizia que «o PSD vota contra o Orçamento» e quando lhe perguntámos em que base fundava o seu voto contra, levantou-se o Sr. Deputado Pacheco Pereira — neste momento, não está presente —, a justificar a ra-

zão: era porque, naquele dia, tinha saído a notícia, num jornal, de que iria haver diminuição no Orçamento para a cultura e para a ciência. Era por isso que votavam contra! Pois bem, podem votar a favor, porque os aumentos no que toca à cultura e à ciência estão inteiramente garantidos.

*Aplausos do PS.*

E é também assim, como já tive ocasião de demonstrar, nas transferências para a segurança social, na abertura do programa sobre o rendimento garantido, no domínio da saúde, no domínio da habitação social.

Foi igualmente interessante verificar que, subindo a previsão orçamental, de 9 para 33 milhões de contos, em matéria de esforço com a habitação social, os Srs. Deputados do PSD vieram insinuar que, afinal de contas, não haveria preocupação com a habitação social devido à diminuição declarada do *plafond* de financiamento aos juros no crédito à habitação. Srs. Deputados, não esqueçam que a diminuição da taxa de juro tem como consequência positiva a diminuição dos *plafonds* de previsão para o esforço do Estado relativamente a esses mesmos créditos.

Não façam julgamentos políticos falaciosos. Sejam rigorosos para poderem ser credíveis, para poderem ser levados a sério nos vossos argumentos acerca do Orçamento.

Este Orçamento é, igualmente, de consciência social porque, como assegurámos, não implica o aumento dos impostos e tem em devida conta a situação mais desprotegida das camadas mais pobres da população.

Num último e desesperado argumento, o Sr. Deputado Fernando Nogueira, em matéria de política orçamental, veio procurar dizer, afinal de contas, que tudo estaria comprometido porque lá estaria o imposto de selo sobre o consumo. Fiquem, pois, também descansados quanto a isso. O imposto de selo sobre o consumo vai ser abolido no presente Orçamento.

*Aplausos do PS e do Deputado do PSD Rui Rio.*

Passemos à terceira linha crítica sobre este Orçamento do Estado.

O Orçamento, ouvimo-lo ainda há pouco da Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite, não daria prioridade ao investimento.

Srs. Deputados, este Orçamento prevê que o esforço em matéria de investimento conjugado seja, para 1996, de 806 milhões de contos, em comparação com 614 milhões, o executado em 1995.

**Vozes do PS: —** Muito bem!

**O Orador: —** Trata-se de um aumento global superior a 30%! E é perante este valor que os Srs. Deputados do PSD vêm dizer que não se dá prioridade ao investimento, ao emprego e à participação do esforço público no investimento nacional. É preciso não ter a noção das realidades!

**O Sr. José Junqueiro (PS): —** Exactamente!

**O Orador: —** E, exactamente porque a não tiveram, não puderam compreender as nossas propostas, daí termos ouvido críticas, nomeadamente a feita pelo Sr. Deputado Fernando Nogueira, de que este Orçamento ex-

primia uma política — pasme-se! — estatizante e intervencionista. Este Orçamento aponta para um plano de privatizações e define, para 1996 e 1997, uma política de transparência na relação entre o Estado e os sectores produtivos, o que os senhores jamais lograram fazer no passado!

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Por outro lado, é inequívoca a aposta no aumento dos rendimentos dos portugueses.

Srs. Deputados, falemos de verdade, pois, e de responsabilidade. E, em nome dessa responsabilidade, interroguemo-nos relativamente ao comportamento adoptado pelos vários grupos parlamentares. Porque vai, afinal, o PCP votar contra este Orçamento? Acreditou alguma vez, o PCP, na possibilidade efectiva de rejeição deste Orçamento do Estado?

**Vozes do PS: — Não!**

**O Orador: —** Quis, efectivamente, o PCP, por exemplo, assegurar ou comprometer-se com a travagem nas transferências do Estado para o orçamento da segurança social? Responderia pela impossibilidade de concretizar os aumentos dos funcionários na função pública? Admitiria o não aumento do FEF, relativamente às autarquias locais?

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP): —** Não se esqueça dos griforríficos!

**O Orador: —** O PCP aceitaria comprometer-se pela impossibilidade de financiamento adequado às regiões autónomas? E, em última instância, aceitaria responder pelas dificuldades ao investimento público, pela quebra do investimento e, portanto, pelos problemas do desemprego resultantes dessa política recessiva?

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP): —** Falta falar do dilúvio!

**O Orador: —** Não, Srs. Deputados, a verdade é que o PCP vota contra por tática partidária. O PCP sofreu, ao longo destes dias, a angústia de que este Orçamento não fosse aprovado e, em matéria de posição e de coerência de esquerda, se não há coerência de esquerda é por vermos o PCP a reboque do PSD, para combater o PS e um Governo do PS!

*Aplausos do PS.*

*Risos do PSD e do PCP.*

Estivemos, estamos e estaremos abertos ao diálogo.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP): —** Que grande inteligência!

**O Orador: —** Para os senhores, a mensagem está dada.

*Risos.*

Estivemos abertos ao diálogo, e por isso nos congratulamos.

*Aplausos do PS.*

Assumimos, claramente, uma disponibilidade para que esse diálogo, sem preferências nem discriminações, encontrasse acolhimento positivo por parte de outras bancadas. Manteremos a mesma atitude e estamos certos que essa atitude contribuirá para viabilizar o Orçamento de que o País precisa.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Mas, Srs. Deputados, é também o momento de avaliar, inequivocamente, a posição do PSD neste debate.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Permitam-me que vos diga, Srs. Deputados do PSD, que ao avaliar o vosso comportamento neste debate não pude deixar de me lembrar de um recente livro do escritor José Saramago, o seu *Ensaio Sobre a Cegueira*.

*Risos do PS.*

Politicamente falando, os senhores estão a sofrer de «cegueira branca», porque não perceberam nada acerca do que estava em causa. Ou não perceberam ou não quiseram perceber, o que é ainda pior!

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Misturaram a realidade com a ficção e trocaram os vossos desejos pela realidade.

*Protestos do PSD.*

A verdade é que perderam, neste debate, a última restia de credibilidade que ainda poderiam querer sustentar.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

*Risos do PSD.*

**O Orador: —** E quando já não tinham argumentos vieram dizer que a posição do PSD de hoje era simétrica da do PS de ontem. Falemos disso claramente e comparemos as posições, Srs. Deputados.

Quando havia uma legislatura de Governo minoritário e não havia maioria absoluta de um único partido, nessa altura, em 1985, o PS assumiu, à cabeça, um voto de rejeição do programa do governo. Justificou então a sua atitude por estar disponível e preparado para, juntamente com outros partidos parlamentares, assegurar uma alternativa de governo ao então governo do PSD.

Todavia, quatro meses depois, quando o governo viabilizado na Câmara apresentou a sua proposta de Orçamento, o PS, em nome do interesse nacional e com o seu compromisso para uma boa solução orçamental, votou a favor, porque o interesse nacional estava acima da concepção e do interesse de partido.

*Aplausos do PS.*

Não foi essa, Srs. Deputados do PSD, a vossa posição. Foi aqui completamente infirmada e contrariada a posição originária do Deputado Mota Amaral, no acto de investidura do Programa do Governo.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Exacto!

**O Orador:** — Disse-nos ele então: «O PSD não apresenta moção de rejeição porque o Programa do Governo concretiza as promessas eleitorais do PS». Se assim é, como admitir que um Orçamento para viabilizar o Programa do Governo venha a ser, três meses depois, rejeitado pelo PSD, que não teve a coragem de inviabilizar esse mesmo Programa?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Srs. Deputados, compreendemos agora a posição do PSD. Estamos lembrados como o Presidente do PSD, Fernando Nogueira, alertava: «Não façamos, nesta altura, muitas ondas, porque estão em causa as eleições presidenciais e convém não hostilizar a posição dos potenciais eleitores do Professor Cavaco Silva. Ou seja, nessa altura não tiveram coragem política para assumir o gesto, agora, que perderam tudo, já querem a política do «bota abaixo», a política da terra queimada!

*Aplausos do PS.*

Por isso mesmo, se alguém ainda tivesse dúvidas, numa atitude curiosamente balcanizada, em nome dos Deputados de Lisboa, o Sr. Deputado Pacheco Pereira veio hoje dizer-nos que a posição do PSD é de firmeza e de não colaboração. É isso mesmo, Sr. Deputado Pacheco Pereira! E como partido que aqui se apresenta manifestando atitude de firmeza e de não colaboração tem dois deveres políticos elementares:...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... em nome da firmeza, tem de demonstrar qual a alternativa de Orçamento. Onde é que ela está, Srs. Deputados do PSD?

*Aplausos do PS.*

Em nome da não colaboração com os socialistas, pergunto-vos: onde está a vossa alternativa de governo para justificar o voto contra este Orçamento?

**Vozes do PS:** — Não têm líder!

**O Orador:** — A verdade não é essa! A verdade é que o Sr. Deputado Fernando Nogueira vai-se embora, ninguém assumiu as responsabilidades por ele e a conclusão só pode ser a seguinte: quanto à autenticidade deste Orçamento, o teste está feito, ou seja, o Orçamento passou as suas provas e demonstrou a sua credibilidade.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto à credibilidade do PSD, o teste foi igualmente feito: o PSD perdeu todos os seus argumentos e, como alguém disse daquela bancada, não era possível ter feito mais. O PSD bateu no fundo!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, peço-lhe que termine.

**O Orador:** — Vou concluir de imediato, Sr. Presidente.

Trata-se de uma jangada à deriva, que perdeu o sentido de rumo, porque perdeu o sentido do interesse nacional.

Pela nossa parte, é em nome do interesse nacional, com espírito construtivo e de diálogo, que iremos continuar a trabalhar para dotar o País do Orçamento e das Opções do Plano, que são indispensáveis ao desenvolvimento, porque indispensáveis a um conceito de modernidade e de justiça social no qual estamos profundamente empenhados e comprometidos.

*Aplausos do PS, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Para encerrar o debate, tem a palavra, em representação do Governo, o Sr. Ministro das Finanças.

**O Sr. Ministro das Finanças (Sousa Franco):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Permita-me, Sr. Presidente, que ao iniciar esta intervenção final em nome do Governo, por indicação do Sr. Primeiro-Ministro, Engenheiro António Guterres, cumprimente, na pessoa de V. Ex.<sup>a</sup>, todos os Srs. Deputados, que, na sua pluralidade e plenitude, representam o povo português, pois foi, de facto, a este órgão de soberania que apresentámos as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1996 e é de uma sua decisão que se trata neste momento. Participamos sempre na deliberação soberana do Parlamento como representante do povo, com respeito, com emoção e com solidariedade institucional. As nossas homenagens, pois.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro das Finanças, o Presidente, a Mesa e a Assembleia agradecem.

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate na generalidade que agora se encerra — e temos a convicção de que continuará, na especialidade — representa, em qualquer democracia, e também na nossa, segundo o modelo constitucional, um momento de excelência do funcionamento das instituições representativas, um momento de reflexão colectiva para o povo português, porque, na verdade, aquilo que aqui fazemos é o mesmo que as famílias fazem ao debaterem os seus orçamentos, destinando os seus salários ao cumprimento dos seus encargos, ao pagamento de dívidas, à programação do presente e do futuro.

Este é, pois, o momento em que, mais do que querelas estritamente políticas, do que se trata é do País. O Parlamento assume plenamente a representação do povo, ao deliberar, a propósito das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado, qual a parcela de rendimento do povo português que será afectada à grande casa comum de satisfação de necessidades colectivas que é o Estado e qual a forma como, nessa casa comum, o bem comum e o interesse público serão realizados.

Para nós, após a passagem do Programa do Governo, que indicia os traços fundamentais da estratégia para os próximos quatro anos, este é o momento mais importante da nossa presença no Parlamento. E ao saudar toda a Assembleia da República referimos que, na unidade da Nação, na pluralidade de ideias, valores, interesses, ins-

tuições e grupos, este debate é verdadeiramente uma reflexão comum do povo português sobre como vai orientar a sua vida neste ano de 1996.

Sublinho que, para nós, dois valores fundamentais marcaram este debate: o valor do diálogo democrático e o valor da instituição parlamentar que é responsável pela decisão orçamental.

O Sr. João Carlos da Silva (PS): — Muito bem!

O Orador: — O debate orçamental é, por natureza, um momento de diálogo democrático e foi com espírito de diálogo que o Governo aqui veio, prolongando, numa certa medida, o diálogo que precedeu este Orçamento na concertação social, na negociação com a função pública, na permanente atenção às necessidades e pontos de vista da sociedade que deu origem ao parecer unânime do Conselho Económico e Social sobre a proposta de lei das Grandes Opções do Plano.

O diálogo social precedeu o diálogo político e temos consciência de que o diálogo político que aqui se operou é uma instância superior mas não autónoma desse diálogo social. Por isso, este Orçamento é do povo português e não apenas do Governo ou sequer do Parlamento.

*Aplausos do PS.*

Ao congratularmo-nos pelo diálogo que, nesta sede política, foi possível estabelecer, expressão imperativa desse diálogo social mais amplo com as regiões, as autarquias, os trabalhadores, as empresas, os consumidores, as instituições, temos consciência da diferente natureza deste processo de deliberação. Mas de um e de outro resultaram soluções melhores para o interesse nacional, melhores para os problemas específicos dos portugueses e para os problemas comuns que temos de partilhar.

A nossa proposta de diálogo não teve destinatários privilegiados, dirigiu-se a todos por igual. Lamentavelmente verificamos que alguns se excluíram dele e não é possível dialogar com quem não quer dialogar.

**Vozes do PS: — Bem observado!**

O Orador: — Excluíram-se uns da nossa proposta de diálogo, porque a rejeitaram liminarmente, à luz de modelos ideológicos fechados de que se serviram para a excomungar, para não verem o que ela tem: preocupação de justiça social, preocupação de promoção do emprego através do investimento e da solidariedade social, preocupação de promoção da coesão nacional. O modelo ideológico fechado de que se serviram condenou apenas a aposta que assumimos na iniciativa privada e a opção europeia que igualmente assumimos, excomungando à partida o projecto de Orçamento.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — É falso!

O Sr. João Amaral (PCP): — Não querem dialogar, querem impor!

O Orador: — Mantemos a proposta de diálogo mas não podemos dialogar com quem não quer dialogar.

*Aplausos do PS.*

Outros recusaram o diálogo, já não por razões ideologicamente consistentes, nem por apresentarem uma

alternativa, mas apenas com a arrogância de um poder que deixaram há quatro meses e o azedume de o terem perdido, nessa altura, por decisão do povo.

Não encontraram outras razões — hoje uma, amanhã outra — que não fossem a evocação da convergência nominal, com contas erradas, deturpando elementos certos que o Governo lhes forneceu, apenas para dificultar a viabilização das justas pretensões portuguesas no quadro da União Europeia, quando é certo que assumimos a opção europeia mas dizemos que as opções orçamentais se tomam em Lisboa e não em Bruxelas nem em Maastricht.

*Aplausos do PS.*

Foi também por causa desse poder perdido, e por não terem nenhum modelo alternativo, que, a certa altura, deixaram de discutir o Orçamento do Estado para 1996 e passaram a discutir aquilo que imaginam ser o Orçamento para 1997 ou para 1998. Cada coisa a seu tempo! Mas prometo que o Orçamento do Estado para 1997 também será melhor do que os vossos!

*Aplausos do PS.*

De todo o modo, por modelos ideológicos fechados ou apenas pelo apego ao poder e pelo azedume e arrogância que dele resultam, também em relação a essa outra bancada da oposição não pudemos dialogar porque ela o não quis. Dialogámos com todos os outros. E mais: mantemos a postura dialogante para com aqueles que, neste momento, recusaram dialogar connosco.

Este Governo, por vezes, é acusado de falar muito de diálogo, mas nunca se fala demais de diálogo. Não queremos poder ser acusados de o recusar, achamos que é uma boa crítica a insistência permanente no diálogo, porque ele é a democracia em acção. E foi um exercício de diálogo que nos permitiu aceitar aqui propostas claramente formuladas, não como condições mas como preocupações, pela bancada do Partido Popular; propostas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista dentro do espírito de diálogo autónomo entre o Governo e a bancada que o apoia; propostas formuladas por Deputados das regiões autónomas, independentemente das bancadas a que pertencem; e, naturalmente, propostas que aqui trouxemos apresentadas por interlocutores válidos da sociedade civil. Tudo isso fez parte do diálogo, a tudo isso respondemos, não num espírito de regateio mas porque entendemos que o que ganha com esse compromisso permanente, sem descaracterizar o essencial, é a capacidade de encontrar melhores soluções para o País.

Permita-me, Sr. Deputado António Lobo Xavier, que lhe diga: em relação às vossas propostas tomámos as boas e deixámo-vos as más.

*Aplausos do PS.*

*Risos do CDS-PP.*

A votação na generalidade incide, pois, já sobre uma perspectiva de Orçamento de especialidade, a que será submetido de seguida, e que, na nossa opinião, é certamente melhor, porque melhorado pelo diálogo, do que a proposta que apresentámos, embora confirmando nas suas opções fundamentais que não a desfigura e que, por isso, revela mais uma vez que a democracia é diálogo e o diálogo é democracia em acção.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!



**O Orador:** — Ao mesmo tempo, permito-me sublinhar um outro aspecto: nos termos da nossa Constituição, sobretudo depois da revisão constitucional de 1982, o Orçamento, devendo ser apresentado pelo Governo, que se responsabiliza pela sua execução, é um acto do Parlamento — e está muito bem assim! De facto, este exercício demonstrou a plenitude da assunção parlamentar dessa competência. E também nisso foi salutar, porque o sistema político revigora-se através do vigor que este debate deu à Assembleia da República. A sua capacidade representativa é enriquecida por não se limitar a ratificar propostas do Governo, que vêm aqui impostas e não propostas, mas por assumir como seu o debate parlamentar.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Temos para nós por importante que a crise que todos diagnosticam no sistema político só será enriquecida se for possível revitalizar as instituições e, em primeiro lugar, o coração das instituições democráticas, que é o Parlamento.

Nos últimos anos, por arrogância, por uma certa prática de considerar as oposições quase como forças de bloqueio e a bancada que apoia o Governo quase como correia de transmissão, assistimos a que o debate orçamental era apenas uma ratificação da proposta do Governo. Este debate orçamental reabilitou a natureza do Orçamento como acto do Parlamento, o sistema político ganhou com isso e assim é que está certo!

*Aplausos do PS.*

Mas se a experiência comum que aqui vivemos é positiva em termos de vivência democrática e de instituições do sistema político democrático, é também positivo que, como esperamos, vá viabilizar a aprovação na generalidade e a construção na especialidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1996. Estes diplomas têm, em consonância com o Programa do Governo, critérios e objectivos fundamentais de longo prazo, pelos quais passa o futuro de Portugal e dos portugueses: reforçar a coesão nacional, neste tempo de dificuldades e incertezas; promover o desenvolvimento, na solidariedade, justiça, liberdade e competitividade da economia, como vias para a felicidade pessoal e o bem-estar comunitário ou colectivo; promover o emprego e a qualificação dos portugueses, chaves da nossa condição de vida pessoal e comunitária, num mundo cada vez mais exigente, competitivo, agressivo, em rápida mutação e dependente da capacidade de cada pessoa, das organizações e dos povos. Só assim viveremos melhor e afirmaremos mais e mais Portugal no mundo, na nossa identidade histórica, nos nossos compromissos europeus, na nossa solidariedade com os povos de língua portuguesa, na nossa vocação universalista. Este é um orçamento globalmente ao serviço de Portugal.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para isso, a estratégia seguida aposta nas linhas fundamentais da mudança: mudança que é a nossa, não é a que outros queriam que fosse; mudança em que o povo português votou no dia 1 de Outubro passado e que nos cumpre executar, como temos estado a fazer até aqui. Esta é uma expressão fundamental da

mudança decidida pela vontade do povo em 1 de Outubro passado. E essa mudança assenta em prioridades que o Orçamento concretiza, como foi confirmado durante a discussão: a educação e a prioridade das despesas sociais; a redução do défice orçamental do sector público administrativo para 4,2% do PIB, mesmo depois das alterações que aceitámos e que têm um impacto financeiro razoável mas não descaracterizador; redução do endividamento líquido do sector público administrativo, num montante significativo de menos 171,5 milhões de contos em relação ao ano passado — pela primeira vez se trava a subida da dívida pública que, no final do ano, será reduzida do nível actual de 71% do PIB para 68% do produto; e a grande aposta no emprego resulta, antes de mais, do crescimento do investimento em 31%, o maior verificado nos últimos anos.

Estes são os factos que aqui ficaram demonstrados. Para isso não se aumentam os impostos, reforçando assim o rendimento disponível, os salários reais e as pensões dos portugueses, em particular dos mais desfavorecidos; criam-se condições, desde já, para uma profunda e sólida descentralização nas regiões autónomas e nas autarquias locais; criam-se condições para o reforço dos meios afectos à segurança, ordem pública e luta contra a droga; iniciar-se-á a experiência do rendimento mínimo garantido, entre outros compromissos assumidos pelo PS e pela nova maioria. Este é um Orçamento fundamental para cumprir os compromissos do dia 1 de Outubro e do Programa do Governo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Cumpre-se, pela primeira vez, a Lei das Finanças Locais. Cumpre-se, pela primeira vez desde que foi aprovada, a Lei de Bases da Segurança Social, entre outras garantias de respeito pela prioridade social e pela legalidade democrática, transparência e limitação de poderes do Executivo. Assim, ajustamos, sem ambiguidade, o relevo que damos à sociedade civil, à iniciativa privada e ao mercado e propriedade privada, em particular através de um amplo programa de privatizações, indispensável para a competitividade da economia sem a qual a solidariedade e a justiça não podem ter concretização sustentada e duradoura. E tudo isso se faz de uma forma que é credível para os mercados, realista, sólida e, certamente, garantida através da execução.

Esteja descansada a bancada do PSD que não haverá riscos. Os riscos de derrapagem de execução são bem menores do que os que ocorreram durante a vossa gerência!

Importa sublinhar que algumas das críticas que nos fazem escondem, na verdade, atrás da pretensa inconsistência técnica, méritos deste Orçamento. Já foi aqui analisado que não há subida mas decréscimo da despesa corrente do sector público administrativo, mas é verdade que no Orçamento do Estado há um ligeiro aumento da despesa corrente em taxa, relativamente ao ano anterior. Se se souber, como se sabe, que as restrições, em termos nominais e reais da despesa de funcionamento, foram muito significativas, então importa traduzir, para que o povo perceba o que é que está por trás dessa acusação do aumento da despesa corrente: é a actualização dos salários reais dos funcionários públicos, a primeira des-

de 1991; é o reforço das transferências para a segurança social, permitindo que o Orçamento financie o que deve financiar; e ainda o aumento das pensões. Isso é que é o aumento da despesa corrente. Por isso gostamos de ser criticados!

*Aplausos do PS.*

Mas também, no que se refere aos impostos, resultou claramente deste debate que ele cumpre o compromisso de não os aumentar. De facto, em termos de participação no produto, o nível de sacrifício fiscal é praticamente o mesmo do ano anterior, com uma previsão de ganho de eficácia fiscal de 0,3%, inferior, aliás, à do Orçamento do ano passado, que estamos certos de vir a exceder. Sem aumentar impostos, promoveu-se, dentro do quadro de constrangimentos existentes, a melhor distribuição da carga fiscal, tendo como preocupação que as camadas mais desfavorecidas beneficiassem mais das reduções de impostos. Isto quer dizer que o rendimento disponível por via fiscal aumentou, no mínimo, entre 0,5% e 1% do PIB, em particular para os portugueses mais desfavorecidos. Como é possível que, mesmo aqui, se diga que não aumentar impostos não é fazer justiça social? É-o, e de que maneira!

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Por outro lado, e para além das medidas de ordem fiscal, assumimos o compromisso de lutar contra a evasão e a fraude. A situação que se vive em Portugal neste domínio, e que se agravou particularmente nos últimos anos, é gravíssima e a nossa prioridade na execução orçamental é a de restabelecer condições de igualdade, de justiça e de solidariedade, lutando contra a evasão e a fraude. Para isso temos um programa, quer de investimento na informatização quer de fiscalização sistemática, que evite que, hoje, um bom número de organizações e de cidadãos escape impunemente ao cumprimento dos seus deveres fiscais.

Pensamos também, em sede de concertação social, propor aos contribuintes um acordo de cidadania, em que se ponha cobro a esta situação vergonhosa e que se tem agravado nos últimos anos: fuge-se aos impostos porque os serviços públicos são maus e os serviços públicos são maus porque se fuge aos impostos! Propomos quebrar este ciclo vicioso, pedir a colaboração da sociedade civil para a nossa campanha de luta contra a evasão e a fraude e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade dos serviços públicos. É esse o sentido da reabilitação do imposto como dever de cidadania porque o imposto é a grande parcela dos salários da Nação que os portugueses nos atribuem para, através do Orçamento, lhes prestarmos serviços. A nossa aposta, em quatro anos, é a de criar uma nova mentalidade em matéria de impostos e uma situação em que o dever de cidadania de pagar impostos tenha como contrapartida uma melhor qualidade de prestação do serviço público. Nestes dois domínios há que deter o agravamento existente que caracterizou, em particular, os últimos quatro anos.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Disse o que tinha a dizer, em síntese, sobre o conteúdo deste Orçamento.

Julgo que ficaram aqui plenamente demonstrados os lemas que para ele propusemos: rigor financeiro ao serviço das prioridades humanas e sociais do Programa do Governo; não fundamentalismos rigoristas ou financistas; um Orçamento de rigor ao serviço das pessoas; consciência social; aumento do investimento.

Este é, pois, um Orçamento coerente com os compromissos do Programa do Governo e com o mandato eleitoral do dia 1 de Outubro. É também um bom Orçamento, necessário à consolidação financeira, à expansão da economia europeia neste tempo de alguma incerteza, à criação de condições de mais justiça e solidariedade, das quais nos afastámos tanto nos últimos quatro anos.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** É um bom Orçamento, e a sociedade civil reconheceu-o como tal.

Estou certo de que a esperança de mudança que temos programada para esta legislatura será confirmada também por este Parlamento como mandatário das oposições. Uns reconhecerão neste Orçamento o compromisso que os legitimou e a esperança de mudança do dia 1 de Outubro, sendo a realização possível para este ano, mas que é coerente e esforçada; outros, em oposição responsável, reconhecerão, pelo menos, neste Orçamento a confirmação da estabilidade política e a coerência que, no Parlamento, deve obedecer à ideia de que aprovado um programa de governo o orçamento imediatamente subsequente — três meses e pouco foi o tempo decorrido — deverá ser viabilizado para que esse programa possa ser executado. Recordo, de novo, a declaração de voto do Partido Socialista redigida pelo líder da sua bancada de então, Engenheiro António Guterres, que invoca este argumento para apoiar o primeiro Orçamento de um governo do PSD.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Nem todos aplicam os mesmos pesos e as mesmas medidas a todas as situações. Mas a maioria que apoia este Governo usa sempre os mesmos pesos e as mesmas medidas!

*Aplausos do PS.*

Por isso mesmo, por razões da bondade intrínseca do Orçamento e por razões de estabilidade política e de coerência democrática, confiamos em que ele venha a ser aprovado. Pomos, naturalmente, à votação na especialidade um critério importante a considerar, que é o de que a aprovação se mantenha em termos de não desfigurar as opções fundamentais do Orçamento. Desde que assim aconteça, a incorporação de melhorias, tal como já resultou deste amplo debate na generalidade, só contribuirá para que o interesse público e o que é indissociável dele, ou seja, os interesses parcelares legítimos que através de um orçamento também podem receber contribuição pública, venham a ser realizados. Este não é um Orçamento de um governo, não será sequer um Orçamento de uma maioria parlamentar, embora relativa, é do Orçamento de Portugal que se trata!

Por isso concluo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com espírito de diálogo democrático e com a plena consciên-

cia de que o que viemos aqui fazer foi pedir ao Parlamento que exerça positivamente uma competência que é sua em nome do povo português. Viemos aqui dizer que este é um Orçamento coerente com o Programa do Governo, coerente com os nossos compromissos, que é um Orçamento de mudança, tendo como prioridade as pessoas, o social, o emprego e o investimento e, nesse sentido, merece ser aprovado.

Pela nossa parte, estamos disponíveis, como sempre estivemos, para colaborar com o Parlamento, órgão de autoridade orçamental suprema na elaboração desta decisão, e estamos empenhados no cumprimento das promessas eleitorais de 1 de Outubro através da execução esforçada deste Orçamento, sem o qual a afirmação europeia de Portugal não seria possível. Sem ele o crescimento e o emprego não seriam realizados este ano; a justiça, a solidariedade, a descentralização e as promessas de mudança que já principiaram, e que este ano vão ser solidamente concretizadas, estariam definitivamente comprometidas.

Este Orçamento é a chave da irreversibilidade da mudança por que os portugueses votaram no dia 1 de Outubro. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendemos que deve ser aprovado.

*Aplausos do PS, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, terminada a fase de encerramento do debate, vamos passar à votação.

Vamos votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 9/VII — Grandes Opções do Plano para 1996.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PSD, do PCP e de Os Verdes e abstenções do CDS-PP e dos Deputados do PSD Correia de Jesus, Guilherme Silva e Hugo Velosa.*

Vamos de seguida votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 10/VII — Orçamento do Estado para 1996.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PSD, do PCP e de Os Verdes e abstenções do CDS-PP e dos Deputados do PSD Correia de Jesus, Guilherme Silva, Hugo Velosa, Lalandia Gonçalves e Reis Leite.*

*Aplausos do PS, de pé.*

Srs. Deputados, lembro que amanhã, na sala do Senado, haverá uma cerimónia comemorativa do Dia Internacional da Mulher.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, está encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 20 minutos.*

Declaração de voto enviada à Mesa, para publicação, relativa à votação da proposta de lei n.º 10/VII

Abstivemo-nos na votação na generalidade da proposta de lei n.º 10/VII — Orçamento do Estado para 1996 — por considerarmos que, apesar de concordarmos com as críticas formuladas pelo PSD durante o debate, existir, nesta proposta de lei, alguns sinais positivos no relacionamento financeiro e fiscal com a Região Autónoma dos Açores, tais como: a corresponsabilização do Estado no pagamento dos juros da dívida, o aumento da transferência do Orçamento ao abrigo dos custos da insularidade e a abertura demonstrada, durante o debate, para a redução do IVA nos Açores no sentido da proposta por nós formulada aquando do debate na generalidade.

Consideramos, também, que durante o debate em sede de especialidade esta proposta poderá, se para tal houver abertura por parte do Governo, ser melhorada no sentido da correcção do desequilíbrio estrutural da receita orçamental da Região Autónoma dos Açores, na possibilidade de adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades regionais, no que se refere à redução das taxas do IVA e dos impostos sobre consumos específicos e no reforço das verbas do PIDDAC afectas ao investimento em serviços do Estado na Região, designadamente nas áreas da justiça, das finanças e da Universidade dos Açores. Para tal apresentaremos propostas de alteração.

A nossa abstenção não significa, pois, uma concordância com a proposta de lei apresentada mas sim a vontade de construir uma solução que permita o desenvolvimento socio-económico da população que representamos.

Os Deputados do PSD, *Reis Leite — Lalandia Gonçalves.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PSD):

**Gilberto Parca Madaíl.**

**José Macário Custódio Correia.**

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PSD):

**Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.**

**Joaquim Manuel Cabrita Neto.**

**Maria Eduarda de Almeida Azevedo.**

Partido Comunista Português (PCP):

**Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.**

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



# DIÁRIO

da Assembleia da República

*Depósito legal n.º 8818/85*

**IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.**

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTE NÚMERO 180\$00 (IVA INCLuíDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5-1092 Lisboa Codex.